

**CATARINA MARQUES LOUREIRO ROBERTO
PIGNATELLI**

**QUAIS OS PREDITORES DO ABUSO E
NEGLIGÊNCIA NAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO
DE POBREZA? REVISÃO SISTEMÁTICA E META-
ANÁLISE**

Orientadora: Prof.^a Doutora Cláudia Camilo

Coorientador: Prof. Doutor Nélio Brazão

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2022

**CATARINA MARQUES LOUREIRO ROBERTO
PIGNATELLI**

**QUAIS OS PREDITORES DO ABUSO E
NEGLIGÊNCIA NAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO
DE POBREZA? REVISÃO SISTEMÁTICA E META-
ANÁLISE**

Dissertação defendida a 7.06.2022, para a obtenção do
Grau de Mestre em Psicologia Forense no Curso de
Mestrado em Psicologia Forense, conferido pela
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,
perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação
nº160\2022, de Abril 2022, com seguinte composição:
Presidente: Prof.^a Doutora Carolina da Motta
Arguente: Pro.^a Nadine Correia
Orientadora: Prof.^a Doutora Cláudia Camilo

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Psicologia e Ciências da Vida**

**Lisboa
2022**

Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer a oportunidade de trabalhar com os meus orientadores, a Professora Doutora Cláudia Camilo e o Professor Doutor Nélio Brazão. Obrigada por percorrerem este caminho comigo e pela compreensão e dedicação.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos que estiveram sempre presentes e que me motivaram para continuar a estudar e trabalhar naquilo que gosto.

Por último, gostaria de agradecer à minha família que me proporcionou a oportunidade de chegar aqui e que me apoia constantemente.

Gostaria de ressaltar que estes últimos anos foram difíceis para todos e trouxeram muitos desafios, mas conseguimos estar aqui no presente graças aos profissionais de saúde e a todas as pessoas que se empenharam para o bem-estar comum.

Muito obrigado a todos e à Psicologia!

Resumo

O mau trato infantil é um fenómeno social complexo, com consequências para as crianças vítimas a nível comportamental, psicológico, social e físico. O modelo ecológico de Belsky (1993) tem sido fulcral na compreensão da parentalidade desadaptativa, propondo que esta é determinada por múltiplos fatores. A investigação baseada neste modelo tem revelado que a pobreza surge como um fator de elevada importância para o mau trato. Todavia, a literatura sugere que é a acumulação de fatores de risco associados à pobreza que explica esta associação. Assim, através de uma revisão sistemática de literatura e meta-análise, e utilizando como metodologia o PRISMA, este estudo tem como principal objetivo analisar quais os preditores ao nível das crianças, pais e contexto que mais se associam a práticas parentais abusivas e negligentes, em amostras de famílias pobres. Foram incluídos 16 estudos, que analisaram maioritariamente a negligência, e exploraram preditores parentais. Apenas os preditores do nível dos pais revelaram um tamanho do efeito significativo no mau trato, ainda que com fraca magnitude ($r = .126$). Esta revisão poderá informar investigação futura acerca dos potenciais preditores do mau trato e apoiar no desenvolvimento de programas de prevenção e intervenção com famílias em situação de pobreza.

Palavras-chave: Revisão sistemática e meta-análise; Pobreza; Mau trato Infantil; Preditores

Abstract

Child maltreatment is a complex social phenomenon, with behavioral, psychological, social and physical consequences for the child. Belsky's ecological model (1993) has been crucial to understanding maladaptive parenting, proposing that it is determined by multiple factors. Research based on this model has revealed that poverty emerges as a highly important factor for maltreatment. However, the literature suggests that it is the accumulation of risk factors associated with poverty that explains this association. Thus, through a systematic literature review and meta-analysis, and using the PRISMA methodology, this study aims to analyze which predictors at the level of children, parents and context are most associated with abusive and neglectful parenting practices, in samples of poor families. 16 studies were included, which mostly analyzed neglect, and explored parental predictors. Only parental level predictors revealed a significant effect size on maltreatment, albeit with low magnitude ($r = .126$). This review may inform future research on potential predictors of maltreatment and support the development of prevention and intervention programs with families in poverty.

Key words: Systematic review and meta-analyses; Poverty; Child Maltreatment; Predictors

Índice

Introdução.....	6
Capítulo 1 Enquadramento teórico	7
1.1. Conceptualização do mau trato.....	8
1.2. Fatores de proteção e risco do abuso e da negligência	12
1.3. Problema de investigação e objetivo	14
Capítulo 2 Método	15
2.1. Fontes de informação e estratégias de pesquisa.....	16
2.2. Critérios de elegibilidade	16
2.3. Seleção dos estudos	16
2.4. Codificação dos estudos.....	18
2.5. Cálculo dos efeitos.....	18
2.6. Plano de Análise	18
Capítulo 3 Resultados	19
3.1. Descrição dos estudos incluídos	20
3.2. Meta-análise.....	25
Capítulo 4 Discussão	26
Conclusão	29
Referências	31

Introdução

A investigação tem sido consensual relativamente à importância do mau trato infantil na atualidade e suas consequências negativas no desenvolvimento da criança (e.g., Okato et al., 2020) e na própria sociedade, com impactos significativos no bem-estar das gerações futuras (e.g., Cui et al., 2020; Witt et., al 2019).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, em 2020, cerca de 300 milhões de crianças no mundo morreram entre os 2 a 4 anos devido às consequências do abuso e negligência. É um problema de larga escala que necessita de políticas públicas eficazes, baseadas em evidência, que permitam ir de encontro às necessidades emergentes das famílias. A investigação tem-se focado na compreensão dos fatores de risco da parentalidade maltratante, sendo que a pobreza parece ser um dos fatores de risco com mais efeito no abuso e negligência (Taraban & Shaw, 2018). Todavia, não é linear a associação da pobreza com o mau trato, parecendo existir diferentes fatores que ocorrem com a situação de pobreza, aumentando o risco psicossocial das famílias, com implicações na sua parentalidade (Liel et al., 2020).

Na tentativa de compreender os preditores do abuso e negligência associados à pobreza, este trabalho tem como principal objetivo sistematizar e conduzir uma meta-análise dos estudos que analisaram os preditores do abuso e negligência parental em famílias em situação de pobreza, explorando o efeito de diferentes níveis de preditores (fatores da criança, dos pais e do contexto) no mau trato, à luz do modelo dos determinantes parentais de Belsky (1993).

O presente trabalho está organizado por capítulos. O primeiro capítulo sintetiza o estado da arte sobre o mau-trato, onde é apresentada a conceptualização do mau trato, evidenciando os principais fatores de risco e proteção, e concluindo com o problema de investigação e objetivos da dissertação. O segundo capítulo diz respeito ao método, onde são apresentadas as fontes de informação e estratégia de pesquisa, critérios de elegibilidade e a descrição do processo de seleção dos artigos para análise. O terceiro capítulo é referente aos resultados encontrados nas análises, nomeadamente a descrição das principais características dos estudos e os resultados da meta-análise. No quinto e último capítulo estes resultados são discutidos à luz da literatura, finalizando com a conclusão do trabalho.

Catarina Marques L. R. Pignatelli
Quais os preditores do abuso e negligência nas famílias em situação de pobreza? Revisão
sistemática e meta-análise

Capítulo 1 | Enquadramento teórico

1.1. Conceptualização do mau trato

A infância é uma etapa da vida cuja definição tem sofrido alterações ao longo do tempo pela sociedade, dividindo-se em três fases históricas (Empey et al.,1999). Em primeiro lugar, antes do século XV, o conceito de infância não estava socialmente construído. A mentalidade e os comportamentos para com as crianças e jovens eram de indiferença em relação às suas necessidades como exemplo prática de infanticídio (Empey et al., 1999; Magalhães, 2010). Os castigos físicos e a humilhação eram práticas aceites e recorrentes nas famílias e nos estabelecimentos educativos (Walker et al., 1988). Durante este período, pode-se destacar a inexistência de direitos legais dirigidos às crianças e jovens e a sua dependência (Walker et al.,1988). Depois, já entre o século XV e XVIII, começou a surgir interesse científico pela infância.

É só no século XVIII que a infância começa a ser vista como um período crucial dependente de cuidados para o seu desenvolvimento saudável (Empey et al., 1999). Azevedo e Maia (2006) referem que, na segunda metade do século XVIII, Rousseau descreveu a criança como um ser com direitos, valor próprios e únicos, o que começou a moldar as mentalidades da população nessa altura para uma visão protetora e atenta às crianças e jovens.

O mau trato infantil começou a ganhar um lugar de importância na investigação e saúde nesta altura, mas foi devido à I e II Guerra Mundial que esse lugar se alastrou mundialmente. Em 1920 foi fundada “União Internacional de Socorros às Crianças” e construída a “Carta dos Direitos das Crianças”. A UNICEF foi fundada em 1947, aprovando a “Declaração Universal dos Direitos da Criança” (Empey et al., 1999).

Em 1962, Kempe e colaboradores descreveram o “battered child syndrome”, que demonstrava sinais físicos de abuso em crianças e jovens sugerindo obrigatoriedade no reporte de casos aos profissionais de saúde (Kempe et al., 1962). A aderência dos profissionais foi notória, o que aumentou o número de casos reportados e, por sua vez, a força da influência na mudança de mentalidade relativa ao mau trato. Apesar disto, o abuso sexual, a negligência e o abuso psicológico apenas foram reconhecidos como formas de mau trato mais tarde, tendo sido reconhecida a sua importância social a partir dos anos 80 (Empey et al., 1999). Em Portugal, o tema do mau trato começou a ter sua importância científica e social na década de 80. Em 1990, foi homologada a “Convenção dos Direitos das Crianças” e, em 1991, surgem as Comissões de Proteção de Menores. Em 1999, surge a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1

de setembro), que se constitui com uma importante reforma nesta área. Esta lei define mau trato como qualquer ato de abandono, abuso físico e psicológico, negligência às necessidades físicas e afetivas da criança, excesso de trabalho inadequado à saúde física, mental e desenvolvimento da criança, sujeição direta ou indireta a comportamentos que ponham em risco segurança e equilíbrio emocional, e participação da criança em comportamentos de risco.

O mau trato é definido como um fenómeno multifatorial, que varia ao longo do tempo consoante a cultura em que está inserido (Kosher & Ben-Arieh, 2020; Lakhdar et al., 2021). O mau trato é um construto amplo que caracteriza um conjunto de comportamentos intencionais, inadequados ao bem-estar da criança (Magalhães, 2010). Entre as várias tipologias de mau trato, destacam-se o abuso psicológico, físico e sexual, e a negligência física, psicológica, educacional e médica (Azevedo & Maia, 2006; Calheiros & Monteiro, 2007).

Quanto ao abuso, entende-se por abuso físico quaisquer comportamentos físicos isolados ou reiterados intencionais, que ponham em causa a saúde da criança ou jovem. Devido à natureza dos comportamentos, há maior facilidade na identificação e avaliação. Quando uma criança ou jovem que sofre de abuso físico não apresenta sinais exteriores está em risco de ocorrer danos interiores graves que levem a hospitalização ou morte (Azevedo & Maia, 2006). O abuso psicológico ou emocional é um dos tipos de mau trato mais frequente, porém dos mais difíceis de identificar e avaliar por serem consequências emocionais e psicológicas. O abuso psicológico ou emocional são comportamentos que põem em causa o bem-estar e as necessidades sócio-afetivas da criança ou jovem, frequentemente perpetrado através de verbalizações, privação ou ausência de afeto, segurança e conforto. Os comportamentos abusivos psicológicos e emocionais continuados oprimem a criança da sua confiança nas relações, capacidades, valor e desmotiva à interação (Magalhães, 2010). Já o abuso sexual diz respeito a atos sexuais que envolvem a criança, quer por jovens quer por adultos que sejam responsáveis por esta e onde não haja consentimento de ambas as partes, entendimento do que está a acontecer nem preparação ou maturação desenvolvimental para a atividade (Azevedo & Maia, 2006). Em Portugal, cerca de 4.44 % dos casos sinalizados às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são por mau trato físico, 1.75 % por abuso sexual e 2.63 % por mau trato psicológico (CPCJ, 2019).

Por sua vez, a negligência significa falta de cuidado (Camilo & Garrido, 2013) ou omissão de cuidados necessários ao desenvolvimento saudável da criança ou jovem, tendo em conta o contexto familiar em que a criança ou jovem vive e os recursos disponíveis dos pais para responderem às suas necessidades (Erickson & Egeland, 2002; Mennen et al., 2010). Atos negligentes ocorrem quando as necessidades da criança ou jovem não são satisfeitas, necessidades estas que incluem, entre outras, vestuário, saneamento, habitação, acompanhamento médico e educativo, alimentação, supervisão por parte de alguém responsável, proteção contra os riscos e demonstrações de afeto (Dubowitz et al., 2004; Mennen et al., 2010). A negligência é difícil de conceitualizar e avaliar devido à natureza do comportamento ser de omissão e caracterizar-se por eventos crónicos e não pontuais (Hildyard & Wolfe, 2002). Segundo Calheiros e Monteiro (2007), existem vários tipos de negligência. Dos tipos mencionados por Erickson e Egeland (2002), destacam-se a negligência física, a negligência ao nível da saúde mental e educacional, a negligência emocional e a negligência médica. Já Slack e colegas (2003) referem a existência da negligência cognitiva. Em Portugal, cerca de 28.59% das sinalizações às CPCJ em 2019 foram por negligência (CPCJ, 2019).

A investigação tem demonstrado que o abuso e a negligência têm consequências tanto a curto como a longo prazo (Mo et al., 2020). As principais consequências físicas do mau trato são os traumatismos cranianos, má nutrição, cansaço crónico e deficiência vitamínica (Afifi et al., 2016; Bick & Nelson, 2016). A nível psicológico, a criança pode apresentar fraca auto imagem, auto estima e dificuldades relacionais. Outras consequências identificadas são as dificuldades ao nível das funções executivas como a memória de trabalho, autocontrolo, ou flexibilidade cognitiva. Também as capacidades cognitivas como a atenção e aprendizagem podem estar comprometidas (Kavanaugh et al., 2016). As crianças vítimas de mau trato apresentam um maior risco de desenvolver psicopatologias como a depressão, perturbações de ansiedade, perturbações alimentares, externalização de comportamentos desafiantes e de oposição, e ideação suicida (Maglione et al., 2018). Podem ainda apresentar perturbações de vinculação e dificuldades sociais. Apesar da diversidade de consequências, o tipo de mau trato, a sua severidade e frequência parecem apresentar diferentes consequências (Nadeau et al., 2013).

Têm sido vários os modelos explicativos do mau trato à criança. Os primeiros modelos que procuraram explicar o mau trato surgiram na década de 60 e centraram-se essencialmente em variáveis individuais para explicar o fenómeno. Como por exemplo,

o modelo psiquiátrico que recorre ao perfil clínico psicológico, analisando as características individuais e a história clínica de psicopatologia dos pais como fatores explicativos do mau trato. Em adição, o modelo sociológico surgiu como oposição aos modelos mais clínicos, focando-se somente em variáveis contextuais e externas que explicariam as condutas desadaptativas (Sousa & Figueiredo, 2000).

As perspetivas ecológicas têm assumido, desde então, um papel central na explicação do mau trato. Especificamente, o Modelo Ecológico de Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner em 1979 elabora um modelo teórico que tem em foco o desenvolvimento da criança dentro do seu ecossistema. O mau trato é explicado através das interações que ocorrem intra e inter sistema durante o desenvolvimento da criança. Este sistema ecológico contém quatro níveis estruturais de sistemas abertos (Bronfenbrenner, 1979, 1994). O microssistema diz respeito às interações diretas com a criança, seio familiar e escolar. O mesossistema são as relações existentes no microssistema. O exossistema diz respeito às relações extrafamiliares não diretas com a criança, mas que afetam esta indiretamente como o trabalho dos pais. O macrossistema consiste na cultura e sociedade onde a família se insere (Bronfenbrenner, 1979, 1994). Este modelo permite organizar os fatores de risco e os protetores dentro de sistemas organizados e interativos e considerar a multidimensionalidade do conceito de mau trato (Sousa & Figueiredo, 2000).

O modelo ecológico de Belsky (1980) sobre os determinantes da parentalidade é uma teoria explicativa multifatorial, baseada no modelo de Bronfenbrenner. Segundo este modelo, o mau trato infantil é concetualizado como um fenómeno sócio-psicológico, com vários fatores que lhe estão associados dentro do ecossistema, em vez de apenas características individuais (Lakhdar et al., 2021). Especificamente, este modelo (Belsky, 1993) defende que a parentalidade é influenciada por diferentes fatores, sendo eles as características da criança (e.g., temperamento, idade), as características dos pais (e.g., psicopatologia, história desenvolvimental) e os fatores de stress do contexto (e.g., relação marital, emprego).

Quanto às características dos pais, destaca-se por exemplo a saúde mental. Especificamente, a presença de psicopatologias como a depressão ou a depressão pós parto podem influenciar a coesão familiar e as práticas parentais (Taraban & Shaw, 2018; Wamser-Nanney & Campbell, 2020). Nas características das crianças destaca-se a afetividade negativa, ou seja, a influência do temperamento da criança na resposta ao

stress e a sua capacidade de regular as emoções no seu ecossistema. Uma criança com níveis maiores de afetividade negativa responde de maneira mais emotiva como exemplo irritabilidade, tristeza e medo. Presume-se que os pais interpretem a criança como mais difícil de se lidar provocando stress e maior risco de mau trato (Taraban & Shaw, 2018; Wamser-Nanney & Campbell, 2020). Dentro dos fatores de stress do contexto destaca-se a qualidade de suporte social experienciado pela família. O modelo pressupõe a importância da qualidade de suporte social nas práticas parentais para os fatores de stress como a pobreza, discriminação, habitação em ambiente hostil, entre outros (Taraban & Shaw, 2018; Wamser-Nanney & Campbell, 2020). Os autores destacam também que uma relação marital saudável contribui para dinâmicas familiares mais saudáveis. A perspectiva ecológica veio a destacar a multiplicidade de fatores que podem levar ao mau trato infantil bem como necessidade de examinar os fatores protetores, de risco e suas interações dentro do ecossistema (Lawson et al., 2020). Assim, o mau trato pode ocorrer como resultado de fatores de risco acumulados, e um número reduzido de fatores compensatórios (Conger & Conger, 2007).

Já as abordagens sócio-cognitivas da parentalidade maltratante, nomeadamente o modelo de processamento da informação social (Milner, 2003), focam-se nas características dos pais para explicar o mau trato. Este modelo propõe que os pais abusivos e negligentes apresentam enviesamentos cognitivos que influenciam as suas práticas parentais. Especificamente, os esquemas cognitivos preexistentes dos pais influenciam as suas perceções e interpretações acerca do comportamento da criança, influenciando a seleção e a implementação da resposta parental (Milner, 2003).

Já o Modelo de Stress Familiar explica que a acumulação de riscos numa família através de fatores stressantes como pobreza e exclusão social leva à adoção de comportamentos maltratantes (Barnett, 2008; Lawson et al., 2020). Quando uma família passa por dificuldades financeiras, torna-se mais vulnerável a mais fatores de stress, que extravasam para as relações pais-filhos, conduzindo à adoção de comportamentos parentais menos saudáveis e mais agressivos, com repercussões no desenvolvimento saudável da criança (Conger & Conger, 2002, 2007).

1.2.Fatores de proteção e risco do abuso e da negligência

Experienciar pobreza e exclusão social é um fator de risco comunitário devido à vulnerabilização da família a um conjunto de fatores de risco associados à situação de

pobreza, aumentando a probabilidade de ações negligentes e maltratantes (Monahan, 2020; Reza et al., 2020; Thompson, 2015).

Segundo o Comité de Development Assistance, Organização Mundial de Saúde, (2003), a pobreza é um conceito multidimensional que se identifica como um nível insuficiente necessário à sobrevivência de recursos materiais e monetários para serviços e subsistência e exclusão social. A Organização Mundial de Saúde (OECD/WHO, 2003) identifica cinco dimensões na pobreza: a dimensão económica, precária posse de recursos monetários, meios de subsistência e empregabilidade; a dimensão humana onde tem se em conta o acesso à educação e saúde; a dimensão política, que engloba o acesso aos direitos humanos; a dimensão sócio-cultural como o estatuto social e dignidade; e, por último, a proteção, considerando que um indivíduo que está em situação de pobreza está exposto a um maior risco e vulnerabilidade. Por exemplo, em Portugal, o risco de pobreza é medido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2020) como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

A nível parental, os fatores de risco entendem-se através de stressores agudos (Pereira, 2012). Estes são acontecimentos que num dado momento causam desequilíbrio na família e que são percebidos e valorizados pelos pais como stressantes.

Um dos fatores de risco que difere entre famílias de estatuto socio económico baixo ou não são as crenças parentais. As expectativas dos pais que não se encontram em risco de pobreza são antecipadas, maiores e mais focadas na obtenção de sucesso no desenvolvimento da criança do que famílias pobres. Como exemplo, famílias de estatuto socioeconómico mais baixo focam as expectativas no comportamento mais adequado e bem-educado enquanto as outras famílias focam as suas expectativas nas capacidades cognitivas como a aquisição da linguagem (Hoff & Lauren, 2019). As atitudes e crenças também são fatores de risco. As famílias cujo estatuto socio económico é mais baixo apresentam maior dificuldade em monitorizar, controlar e influenciar o progresso desenvolvimental dos seus filhos do que famílias de maior estatuto económico. Crenças diferentes influenciam atitudes parentais em famílias com estatuto socioeconómico mais baixo, há menor necessidade de influenciar o percurso dos filhos, mas sim deixar que o desenvolvimento destes traga oportunidades e os guie ao contrário das famílias que não estão no limiar da pobreza que tentam controlar e criar ambientes que promovam mais sucesso para os seus filhos (Hoff & Lauren, 2019).

De acordo com a investigação, a pobreza parece constituir-se como um fator de risco com impacto indireto na parentalidade, expondo os pais a fatores de stress que extravasam para a relação pais-filhos.

Entende-se que há incongruências nos estudos sobre o peso explicativo da pobreza como preditor de negligência e abuso. Um conjunto de literatura refere que a pobreza é um fator de risco que aumenta a probabilidade das crianças e jovens serem vítimas de abuso e negligência (Berger, 2004; Bunting et al., 2018; Reza et al., 2020). Segundo vários autores (Drake & Jonson-Reid, 2013; Jonson-Reid et al., 2012) a pobreza é um fator de risco para o mau trato infantil por si só, sem influência de características parentais ou da criança.

Ainda assim, outros estudos como o de Isumi e colegas (2018) sugerem que a associação entre a pobreza e o mau trato é mediada pelo stress psicológico dos pais. A pobreza pode então aumentar o stress familiar, que por sua vez tem implicações para a parentalidade (e.g., Maguire-Jack & Font, 2017; Monahan, 2020; Stith et al., 2009; Thompson, 2015). Todavia, outros estudos não encontraram correlações. Por exemplo, Maguire-Jack e Font (2017) não encontrando associações significativas entre a pobreza e a negligência física. Outros estudos discutem o papel da pobreza da comunidade no mau trato, explicando que o apoio social nesta situação reduz o stress familiar, e por isso diminui a probabilidade de ocorrerem comportamentos parentais maltratantes (e.g., Maguire-Jack & Font, 2017).

1.3. Problema de investigação e objetivo

Considerando que a relação entre a pobreza e o mau trato parece não ser direta, existindo fatores stressores da pobreza nesta relação, torna-se crucial compreender o efeito que cada um destes fatores tem na explicação do mau trato, com vista ao desenvolvimento de intervenções ajustadas às necessidades das famílias. Ou seja, é necessário compreender porque é que há famílias em situação de pobreza que têm práticas maltratantes e outras não.

Assim, o presente trabalho tem como principal objetivo conduzir uma revisão sistemática de literatura e meta-análise, utilizando como metodologia o PRISMA (Liberati et al., 2009), dos estudos sobre os preditores do abuso e negligência nas famílias em situação de pobreza. Especificamente, pretende-se analisar o efeito dos preditores ao nível dos pais, da criança e do contexto (Belsky, 1993) no abuso e negligência.

Capítulo 2 | Método

2.1. Fontes de informação e estratégias de pesquisa

A pesquisa de artigos foi efetuada nas bases de dados *PsycInfo*, *Academic Search Complete*, *ERIC* e *Web of Science*, com as seguintes restrições: documentos publicados somente em revistas académicas, com revisão por pares, redigidos em inglês, português ou espanhol. Foram usadas as seguintes combinações dos termos de pesquisa: (a) child maltreatment OR child abuse OR child neglect; AND (b) predictors; AND (c) low income OR poor families OR economic disadvantage. Foram também pesquisados artigos manualmente, em listas de referências de artigos similares.

2.2. Critérios de elegibilidade

Aos manuscritos extraídos da pesquisa foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: (1) estudos empíricos quantitativos; (2) que explorassem os preditores do abuso (físico/ psicológico) e da negligência (física/ emocional/ educacional); e (3) conduzidos com famílias em situação de pobreza.

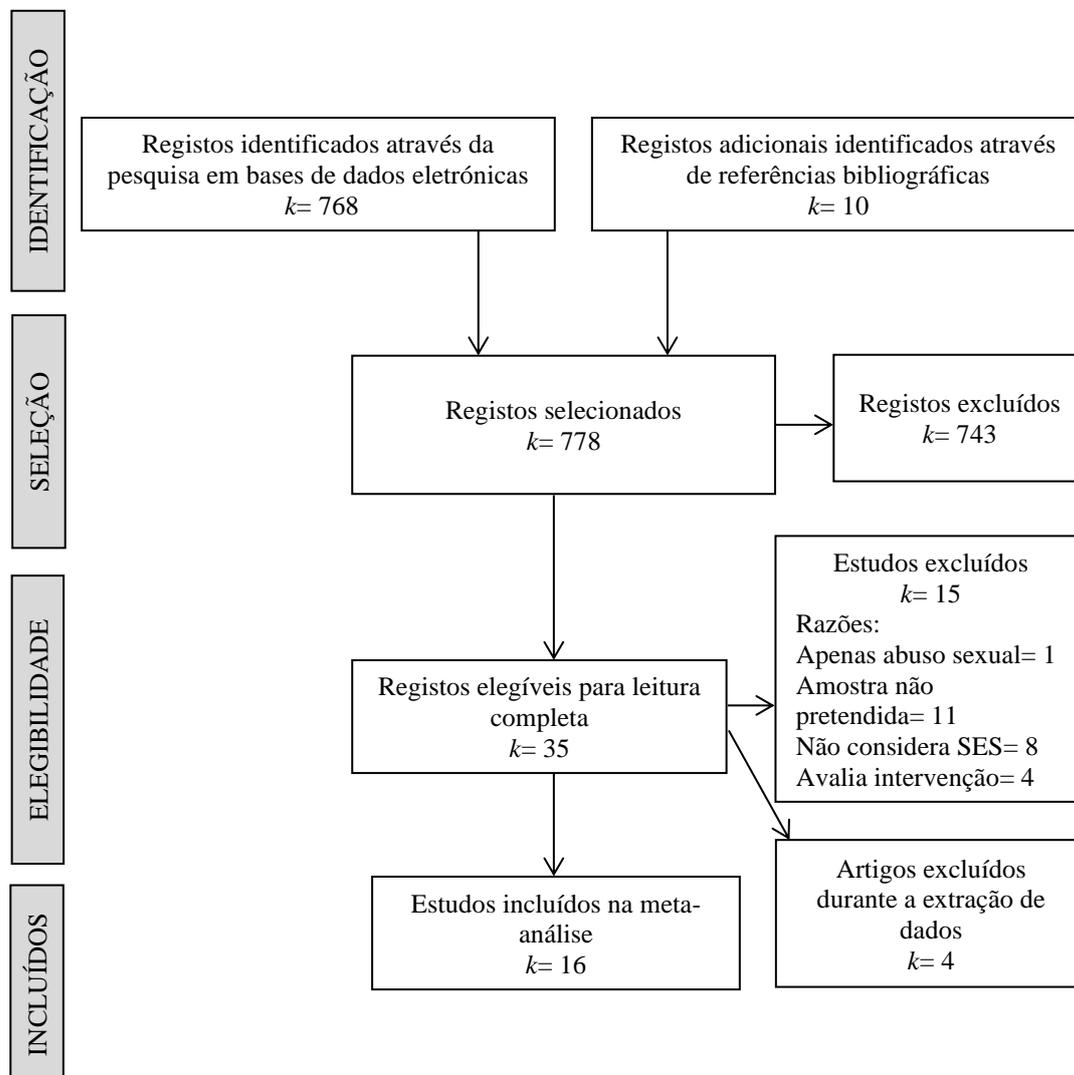
Não foram incluídos os artigos que: (1) explorassem apenas o abuso sexual; (2) com resultados de intervenções; (3) com crianças que de rua ou sem abrigo; (4) que explorassem a avaliação de risco; (5) que não considerassem o estatuto socioeconómico das famílias; (6) revisões de livros, artigos de opinião ou revisões teóricas de literatura.

2.3. Seleção dos estudos

Os estudos foram selecionados num processo sequencial de quatro fases, com base na análise do título e resumo, e posteriormente do texto integral, de acordo com o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) Statement* (Liberati et al., 2009). Numa primeira fase de pesquisa foram identificados um total de 778 registos que, retirados os duplicados, totalizaram 682 para leitura de título e resumo. Após a leitura do título e do resumo de cada manuscrito, foram selecionados como elegíveis 35 artigos. Da leitura integral, foram extraídos 16 estudos que cumpriam os critérios de elegibilidade. O diagrama de fluxo do processo de seleção dos artigos é apresentado na Figura 1.

Figura 1.

Diagrama de fluxo.



2.4. Codificação dos estudos

A informação foi extraída para formulário próprio, em ficheiro Excel. Especificamente, a informação extraída dos estudos foi a seguinte: informação bibliográfica (autor e ano de publicação); características da amostra, nomeadamente o tipo de participantes (adultos - retrospectivo, mães, crianças e família) e tamanho da amostra; informação sobre as variáveis, nomeadamente o tipo de mau trato (abuso, negligência e mau trato no geral) e os instrumentos de avaliação do mau-trato, e os preditores, categorizados de acordo com os diferentes níveis do modelo dos determinantes da parentalidade de Belsky (1993) - nível do contexto, dos pais e da criança.

2.5. Cálculo dos efeitos

Para calcular o tamanho de efeito dos preditores no mau trato em famílias pobres foram calculadas as correlações de Pearson (coeficiente r) para cada associação. As correlações bivariadas são de interpretação prática e clara e estavam presentes na maioria dos estudos, mas também porque estatisticamente é possível calcular o coeficiente r a partir dos valores t , F e d , médias, desvio padrão e *odds ratio*. Os valores foram transformados para coeficientes de correlação através das fórmulas propostas por Lipsey e Wilson (2001) e Borenstein e colegas (2009).

2.6. Plano de Análise

Os dados foram analisados no *software* JASP (versão 0.11). Os parâmetros dos modelos foram estimados numa abordagem de efeitos aleatórios, com o método de máxima verossimilhança (e.g., Mulder et al., 2018)

Foram conduzidas três meta-análises de acordo com os três níveis de preditores. Em termos de viés de publicação, utilizou-se o teste de *Egger* (Sterne & Egger, 2005), não tendo sido encontrados enviesamentos significativos: nível do contexto (Bias = -0.02, $p = .982$); nível dos pais (Bias = 1.22, $p = .223$); e nível da criança (Bias = 0.49, $p = .623$).

Capítulo 3 | Resultados

3.1. Descrição dos estudos incluídos

Na presente revisão foram incluídos e analisados um total de 16 estudos e 66 tamanhos do efeito (Tabela 1). Os estudos são maioritariamente dos Estados Unidos da América e datam entre 1982 e 2017, com uma maioria de artigos publicados depois de 2000 ($k = 9$).

Os estudos incluem amostras que vão de 54 a 1400 participantes. As amostras são caracterizadas por diferentes tipos de participantes, nomeadamente mães ($k = 7$), famílias ($k = 5$), crianças ($k = 3$) e adultos com avaliação retrospectiva ($k = 1$). Acerca do tipo de mau trato, a maioria dos estudos incluídos analisaram a negligência ($k = 8$), seguido do abuso ($k = 6$), e por fim mau trato no geral ($k = 2$).

Relativamente às medidas de avaliação do mau trato, os estudos utilizaram maioritariamente as sinalizações aos serviços de proteção ($k = 9$). Para a avaliação da negligência, outros instrumentos foram utilizados, nomeadamente: instrumentos de auto-relato das crianças como o *About my Parents* (Shanahan et al., 2017), ou de relato de profissionais como a *Child Well Being Scales* (Casady & Lee, 2002). Para avaliação do abuso, os instrumentos de avaliação utilizados com maior frequência foram as entrevistas estruturadas e semiestruturadas e as escalas de relato dos pais, como por exemplo a *Parental Punitiveness Scale* (Hien & Honeyman, 2000), a *Index of Parental Attitude* (Hudson, 1982) ou a *Conflict Tactic Scale* (Bugental, 2004; Ortega, 2002)

Os preditores foram categorizados nos diferentes níveis de Belsky (1993): nível do contexto ($k = 4$), que incluiu variáveis como ambiente familiar positivo e suporte social ($k = 6$); nível dos pais ($k = 11$), que incluiu variáveis como a psicopatologia dos pais, nomeadamente a depressão ($k = 6$) e a autoestima ($k = 3$), a história de mau trato dos pais ($k = 3$) e variáveis sociodemográficas como as habilitações literárias ($k = 3$) ou a idade dos pais ($k = 5$); e nível da criança ($k = 5$), que incluiu variáveis como o temperamento da criança e o nº de separações.

Tabela 1*Caraterísticas principais dos estudos incluídos.*

Autor e ano	Amostra	Tipo de mau trato	Medida de mau trato	Preditor	Categoria	r
Bradley, 2013	519 adultos	Mau trato	Childhood Trauma Questionnaire	Ambiente familiar positivo	Nível do contexto	.500
Bugental, 2004	73 famílias	Abuso	Conflict Tactics Scale	Depressão	Nível dos pais	.345
		Negligência	Framingham Safety Survey Structured interview/ Accidental Injury Interview	Depressão	Nível dos pais	.015
Altemeier et al., 1982	1400 mães	Abuso	Entrevista estruturada	Experiências adversas na infância	Nível dos pais	.013
				Atitudes negativas face à gravidez	Nível dos pais	.015
				Nº filhos	Nível dos pais	.023
				Idade da mãe	Nível dos pais	.009
				Habilitações mãe	Nível dos pais	.009
Brayden et al., 1992	1400 mães	Negligência	Sinalização	Suporte social	Nível do contexto	.041
				Competências parentais	Nível dos pais	.048
				Personalidade e auto- imagem da mãe	Nível dos pais	.020
				Consumo álcool e/ou drogas	Nível dos pais	.024

				Atitudes negativas face à gravidez	Nível dos pais	.023
				Conhecimentos sobre desenvolvimento infantil	Nível dos pais	.027
				Detenção pais	Nível dos pais	.025
				Temperamento da criança	Nível da criança	.251
Casady & Lee, 2002	205 famílias	Negligência	Child Well being Scale	Clima familiar	Nível do contexto	-.150
				Suporte social	Nível do contexto	-.060
				Habilitações	Nível pais	-.460
				Depressão parental	Nível pais	.220
				Eventos de vida negativos	Nível pais	.500
				Problemas de saúde física e/ou psicológica	Nível pais	.430
Christensen et al., 1994	559 mães	Negligência	Sinalização	Autoestima materna	Nível pais	-.324
		Abuso	Sinalização	Autoestima materna	Nível pais	-.218
Dubowitz et al., 2011	224 crianças	Mau trato	sinalização	Idade da criança	Nível da criança	-.007
				Desenvolvimento cognitivo criança	Nível da criança	-.113
				Idade pais à nascença	Nível dos pais	.036
				Depressão	Nível dos pais	.196
				Nº filhos	Nível dos pais	.195
				Suporte social	Nível do contexto	-.011

Catarina Marques L. R. Pignatelli
Quais os preditores do abuso e negligência nas famílias em situação de pobreza? Revisão sistemática e meta-análise

Gaudin et al., 1996	205 famílias	Negligência	Sinalização	Funcionamento familiar	Nível do contexto	.565
				Qualidade das interações	Nível do contexto	.131
				Competência familiar	Nível dos pais	.237
Graham et al., 2001	75 mães	Abuso	Sinalização	Idade da mãe	Nível dos pais	0,066
				Nº filhos	Nível dos pais	.347
				Stress parental	Nível dos pais	.370
				Percepção negativa comportamento criança	Nível dos pais	.240
				Atribuições negativas	Nível dos pais	.270
Hien & Honeyman, 2000	162 mães	abuso	Parental Punitiveness Scale	Estratégias coping negativas	Nível dos pais	.050
Gaudin et al., 1993	205 famílias	Negligência	Sinalização	Suporte social	Nível do contexto	.178
Ondersma, 2002	203 famílias	Negligencia	Sinalização	Abuso de substâncias	Nível dos pais	.981
				Depressão	Nível dos pais	-.284
				Eventos de vida negativos	Nível dos pais	-.472
				Suporte social	Nível do contexto	-.303
				Ambiente familiar	Nível do contexto	-.697
				Competência familiar	Nível do contexto	-.290
Ortega, 2002	54 mães	Abuso	Conflict Tactic Scale Parent Attitudes Index	Suporte social	Nível do contexto	.083

Catarina Marques L. R. Pignatelli
Quais os preditores do abuso e negligência nas famílias em situação de pobreza? Revisão sistemática e meta-análise

Shanahan et al., 2017	237 crianças	Negligência	Relatórios dos serviços de proteção About my Parents	Qualidade vizinhança	Nível do contexto	-.083
				Idade	Nível dos pais	.005
				História de mau trato na infância	Nível dos pais	.161
				Depressão	Nível dos pais	.192
				Sexo criança (rapariga)	Nível da criança	-.042
Smith & Adler, 1991	90 crianças	Abuso	Entrevista semiestruturada	Idade	Nível dos pais	.236
				História de mau trato na infância	Nível dos pais	.265
				Relação conjugal	Nível dos pais	.297
				Nº de separações	Nível da criança	.246
				Agressividade	Nível da criança	.211
Zuravin & DiBlasio, 1992	102 mães	Negligência	Sinalização	História de vinculação	Nível dos pais	-.006
				História de mau trato na infância	Nível dos pais	.090
				Idade mãe no 1º filho	Nível dos pais	-.144
				Locus de controlo	Nível dos pais	-.029
				Auto-estima	Nível dos pais	-.006
				Problemas de <i>coping</i>	Nível dos pais	.202
				Habilitações	Nível dos pais	-.090
				Prematuridade	Nível da criança	.273
Nº filhos	Nível dos pais	.485				

3.2. Meta-análise

Os resultados das meta-análises, apresentados na Tabela 2, indicaram que apenas os preditores ao nível dos pais apresentaram um tamanho do efeito global significativo, apesar de fraco, no mau trato em famílias pobres ($r = .126, p = .037$). É de denotar que, mesmo não sendo significativo, o tamanho do efeito dos preditores do nível da criança ($r = .112$) apresenta maior magnitude do que os preditores do nível do contexto ($r = .010$).

Quadro 1

Resultados dos tamanhos do efeito globais por nível de preditor.

Nível preditores	# Estudos	# ES	Fisher's z (SE)	95% CI	p	ES (r)
Contexto	10	14	.010 (.101)	-0.187, 0.208	.918	.010
Pais	13	45	.127 (.061)	0.008, 0.246	.037*	.126
Criança	5	7	.112 (.065)	-0.015, 0.239	.083	.112

Nota. # Estudos = número de estudos; # ES = número de tamanhos do efeito; SE = erro padrão; CI = intervalos de confiança para o Fisher's z ; p = nível de significância do tamanho do efeito médio; ES (r) = tamanho do efeito global (correlação de Pearson).

* $p < .05$

Capítulo 4 | Discussão

A pobreza tem sido amplamente associada ao mau trato. Não obstante é consensual que esta associação não é direta, podendo ser analisada através de um conjunto de fatores de risco mais presentes nas famílias em situação de pobreza que aumentam o seu risco para a ocorrência de mau trato (Horan et al., 2015; Ohashi et al., 2018). O objetivo da presente dissertação foi explorar os fatores preditores do mau trato infantil em famílias em situação de pobreza, ao nível da criança, dos pais e do contexto.

Num total de 16 estudos, foi possível extrair 66 tamanhos do efeito em todos os contextos analisados. Maioritariamente, estes estudos analisaram a negligência, ao contrário do que tem sido evidenciado na literatura, que indica a escassez de estudos sobre este tipo de mau trato (Jonson-Reid et al., 2019; Patel et al., 2021; Sattler, 2022). Este resultado pode estar associado às características da amostra, nomeadamente o seu baixo estatuto socioeconómico, muito associado e até confundido muitas vezes com a negligência (Sattler, 2022; Zhang et al., 2021). Por outro lado, a maioria dos estudos utilizou as sinalizações e os relatórios dos serviços de proteção de crianças como medidas de avaliação do mau trato, o que tem sido alvo de crítica na literatura dado a sua falta de objetividade (Dubowitz et al., 2011; Jenkins et al., 2017; Van der Put et al., 2018). As sinalizações por vezes não são fundamentadas, podem recorrer a diferentes concetualizações do mau trato e negligência, podendo existir um enviesamento do profissional. Adicionalmente, a maioria dos estudos analisou os preditores relativos às características dos pais. Um grande conjunto de literatura se tem concentrado na investigação das características dos pais como fatores de risco para o mau trato (Cruden et al., 2021; Vial et al., 2020). Destaca-se nos resultados obtidos que os preditores ao nível dos pais apresentaram um tamanho do efeito global significativo, apesar de fraco, no mau trato em famílias pobres. Em congruência com o estudo de Stith e colegas (2009), os fatores proximais da criança são aqueles que apresentam um maior efeito para o risco de mau trato, particularmente os fatores dos pais independentes da relação pais-criança. Também a meta-análise de Mulder e colegas (2018) vai ao encontro destes resultados, onde os preditores do nível dos pais obtiveram maior peso explicativo no mau trato.

Verificou-se também que, mesmo não sendo significativo, o tamanho do efeito dos preditores do nível da criança apresenta maior magnitude do que os preditores do nível do contexto. Integrando com os modelos ecológicos explicativos dos mau trato (Belsky, 1993; Bronfenbrenner, 1979), estes propõem que o microsistema, por ter mais interação com criança, poderá ter uma maior influência no desenvolvimento da criança. Adicionalmente, a literatura indica inconsistência nos resultados sobre o papel das características da criança no mau trato

(Doidge et al., 2017; Stith et al., 2009). Por um lado, as crianças podem apresentar características que vulnerabilizam para o risco de mau trato como a idade, ou dificuldades na competência social e cognitiva (Lakhdar et al., 2021), que por sua vez apresentam mais desafios aos pais e por isso a capacidade parental fica em maior risco. Por outro lado, o nível contextual pode não estar diretamente a influenciar o risco de mau trato. Ainda assim, estes resultados não têm em consideração a acumulação dos fatores de risco, que, de acordo com a teoria do risco cumulativo (Masten & Wright, 1998) potencia a vulnerabilização para o mau trato (Barnett, 2008; Conger & Conger, 2007; Lawson et al., 2020).

Apesar dos resultados promissores, o presente estudo apresentou algumas limitações que importam considerar. Metodologicamente, deveriam ter sido conduzidas análises multi-nível dado que foram extraídos diferentes tamanhos do efeito do mesmo estudo. Por outro lado, não foram explorados potenciais efeitos de moderação devido ao número diminuto de estudos. Os estudos primários incluídos apresentam igualmente limitações, nomeadamente alguns deles têm amostras pequenas não aleatorizadas e os designs dos estudos eram maioritariamente transversais e não longitudinais, não permitindo estabelecer relações de causalidade. Por estas razões, teria sido importante considerar a realização de uma apreciação da qualidade metodológica dos estudos (e.g., Vandenberg et al., 2007).

Conclusão

O trabalho realizado foi uma tentativa de entendimento dos fatores preditores do mau trato em contexto específico, a pobreza. Baseando-se numa abordagem teórica ecológica explicativa do mau trato, que se constitui como uma visão multifatorial e compreensiva do fenómeno, o presente estudo teve como principal objetivo conduzir uma revisão sistemática e meta-análise dos principais preditores do mau trato em famílias pobres. Seguindo a metodologia PRISMA, três meta-análises foram conduzidas nos diferentes níveis ecológicos, nomeadamente o nível da criança, dos pais e do contexto. Em congruência com a literatura, os preditores do nível dos pais os que revelaram um efeito significativo no mau trato. Os resultados sugeriram também uma potencial importância dos preditores do nível da criança.

No mundo contemporâneo, o mau trato continua a ser um fenómeno complexo, agravado ainda mais pelos desafios que a pandemia trouxe às famílias (Cohen & Katz, 2021; Katz, 2021). Em Portugal, de acordo com o indicador de risco social, cerca de 2000 mil pessoas encontram-se em pobreza e exclusão social (INE, 2020) e segundo o relatório de atividades foram comunicadas cerca de 41 300 situações de perigo às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em 2020 (CPCJ, 2020).

Os programas de prevenção e intervenção no mau trato precisam de vários recursos para melhorar sua eficácia. Segundo a literatura, é necessário obter informação mais objetiva e atender aos enviesamentos dos instrumentos de avaliação (e.g., auto-perceção) (Fluke et al., 2020), ter grupos de controlo nos programas, implementar metodologias mais experienciais (e.g., simulações), e formação baseada na evidência para os profissionais.

Não obstante, também é necessária investigação que aprofunde os fatores de risco e de proteção em contextos cada vez mais específicos. A multifatorialidade do fenómeno do mau trato dificulta o desenho dos programas de intervenção e prevenção, sendo as interações entre fatores de risco e proteção cruciais para a melhor compreensão deste. O presente estudo, na procura de sintetizar os fatores preditores do mau trato em contextos vulneráveis, poderá contribuir para estudos futuros com amostras de baixo estatuto socioeconómico. A investigação em contextos vulneráveis sobre a acumulação de risco, potenciador de mau trato, deverá ser um caminho futuro para a realização de programas que tenham em conta a promoção de fatores protetores dos ecossistemas da criança, promovendo a qualidade de vida da família e dos vários sistemas da criança (Fong, 2017; Guastaferrero & Lutzker, 2021; Ward et al., 2015). Em Portugal, com a “Estratégia Nacional para Direitos das Crianças 2021-2024” (CPCJ, 2020), e na União Europeia

Catarina Marques L. R. Pignatelli

Quais os preditores do abuso e negligência nas famílias em situação de pobreza? Revisão sistemática e meta-análise

com a “EU Strategy on the Rights of the Child” (2021), é visível a preocupação crescente dos organismos governamentais com a proteção da infância.

Referências

- Afifi, T. O., MacMillan, H. L., Boyle, M., Cheung, K., Taillieu, T., Turner, S., & Sareen, J. (2016). Child abuse and physical health in adulthood. *Health Reports, 27*, 10–18.
- Azevedo, M., & Maia, A. (2006). *Maus tratos à criança*. Climepsi Editores.
- Barnett, M. A. (2008). Economic disadvantage in complex family systems: Expansion of family stress models. *Clinical Child and Family Psychology Review, 11*(3), 145-161. <http://doi.org/10.1007/s10567-008-0034-z>
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist, 35*(4), 320-335. <http://doi.org/10.1037/0003-066X.35.4.320>
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin, 114*, 83-96 <http://doi.org/10.1037/0033-2909.114.3.413>
- Berger, L. M. (2004). Income, family structure, and child maltreatment risk. *Children and Youth Services Review, 26*(8), 725–748. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2004.02.017>
- Bick, J., & Nelson, C. A. (2016). Early adverse experiences and the developing brain. *Neuropsychopharmacology, 41*, 177–196. <http://doi.org/10.1038/npp.2015.252>
- Borenstein, M., Hedges, L. V., Higgins, J. P. T., & Rothstein, H. R. (2009). *Introduction to meta-analysis*. John Wiley & Sons.
- *Bradley, B., Davis, T. A., Wingo, A. P., Mercer, K. B., & Ressler, K. J. (2013). Family environment and adult resilience: Contributions of positive parenting and the oxytocin receptor gene. *European Journal of Psychotraumatology, 4*(1), 21659. <https://doi.org/10.3402/ejpt.v4i0.21659>
- *Brayden, R. M., Altemeier, W. A., Tucker, D. D., Dietrich, M. S., & Vietze, P. (1992). Antecedents of child neglect in the first two years of life. *The Journal of pediatrics, 120*(3), 426-429. [https://doi.org/10.1016/S0022-3476\(05\)80912-6](https://doi.org/10.1016/S0022-3476(05)80912-6)
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. *Readings on the Development of Children, 2*, 37-43.
- *Bugental, D. B., & Happaney, K. (2004). Predicting infant maltreatment in low-income families: The interactive effects of maternal attributions and child status at birth.

Developmental Psychology, 40(2), 234–243. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.40.2.234>

Bunting, L., Davidson, G., McCartan, C., Hanratty, J., Bywaters, P., Mason, W., & Steils, N. (2018). The association between child maltreatment and adult poverty – A systematic review of longitudinal research. *Child Abuse & Neglect*, 77, 121–133.

<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.12.022>

Calheiros, M. M., & Monteiro, M. B. (2007). Relações familiares e práticas maternas de mau trato e de negligência. *Análise Psicológica*, 25, 195-210. <http://doi.org/10.14417/ap.440>

Camilo, C., & Garrido, M. V. (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*, 31(3), 245-268. <http://doi.org/10.14417/S0870-8231201300030003>

*Casady, M. A., & Lee, R. E. (2002). Environments of physically neglected children. *Psychological Reports*, 91(3), 711-721.

<http://doi.org/10.2466/pr0.2002.91.3.711>

*Christensen, M. J., Brayden, R. M., Dietrich, M. S., McLaughlin, F. J., Sherrod, K. B., & Altemeier, W. A. (1994). The prospective assessment of self-concept in neglectful and physically abusive low income mothers. *Child Abuse & Neglect*, 18(3), 225-232.

[https://doi.org/10.1016/0145-2134\(94\)90107-4](https://doi.org/10.1016/0145-2134(94)90107-4)

Cohen, N., & Katz, C. (2021). *Preventing child maltreatment: Key conclusions from a systematic literature review of prevention programs for practitioners*. *Child Abuse & Neglect*, 118, 105138. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105138>

Comissão Nacional Promoção de Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2019). *CPCJ: Relatórios de Atividades*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/relatorio-atividades>

Comissão Nacional Promoção de Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2020). *CPCJ: Relatórios de Atividades*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/relatorio-atividades>

Conger, R. D., & Conger, K. J. (2002). Resilience in Midwestern families: Selected findings from the first decade of a prospective, longitudinal study. *Journal of Marriage and Family*, 64(2), 361-373. <http://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2002.00361.x>

Conger, R. D., & Conger, K. J. (2007). Understanding the processes through which economic hardship influences families and children. In D. R. Crane & T. B. Heaton (Eds.), *Handbook of families and poverty* (pp. 64-81). Sage Publications.

<http://doi.org/10.4135/9781412976596.n5>

- Conrad-Hiebner, A., & Byram, E. (2020). The temporal impact of economic insecurity on child maltreatment: a systematic review. *Trauma, Violence, & Abuse, 21*(1), 157-178. <http://doi.org/10.1177/1524838018756122>
- Cruden, G., Brown, C. H., Lanier, P., Zolotor, A., Frerichs, L., & Lich, K. H. (2021). Exploring clusters of risk and association with child maltreatment in North Carolina counties. *North Carolina Medical Journal, 82*(4), 229-238. <http://doi.org/10.18043/ncm.82.4.229>
- Cui, Z., Oshri, A., Liu, S., Smith, E. P., & Kogan, S. M. (2020). Child maltreatment and resilience: The promotive and protective role of future orientation. *Journal of Youth and Adolescence, 49*(10), 2075-2089. <http://doi.org/10.1007/s10964-020-01227-9>
- Doidge, J. C., Higgins, D. J., Delfabbro, P., & Segal, L. (2017). Risk factors for child maltreatment in an Australian population-based birth cohort. *Child Abuse & Neglect, 64*, 47-60. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.12.002>
- Drake, B., & Jonson-Reid, M. (2013). Poverty and child maltreatment. *Handbook of Child Maltreatment, vol2*, 131–148. https://doi.org/10.1007/978-94-007-7208-3_7
- *Dubowitz, H., Kim, J., Black, M. M., Weisbart, C., Semiatin, J., & Magder, L. S. (2011). Identifying children at high risk for a child maltreatment report. *Child Abuse & Neglect, 35*(2), 96-104. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.09.003>
- Dubowitz, H., Pitts, S. C., & Black, M. M. (2004). Measurement of three major subtypes of child neglect. *Child Maltreatment, 9*, 344-356. <http://doi.org/10.1177/1077559504269191>
- Empey, L., Stafford, M., & Hay, C. (1999). *American delinquency: Its meaning and construction*. Wadsworth.
- Erickson, M. F., & Egeland, B. (2002). Child neglect. In J. E. B. Myers, L. Berliner, J. Briere, C. T. Hendrix, C. Jenny, & T. A. Reid (Eds.), *The APSAC Handbook on Child Maltreatment* (pp. 3–20). Sage Publications, Inc.
- Fluke, J. D., Tonmyr, L., Gray, J., Bettencourt Rodrigues, L., Bolter, F., Cash, S., Jud, A., Meinck, F., Casas Muñoz, A., O'Donnell, M., Pilkington, R., & Weaver, L. (2021). Child maltreatment data: A summary of progress, prospects and challenges. *Child Abuse & Neglect, 119*, 104650. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104650>
- Fong, K. (2017). Child welfare involvement and contexts of poverty: The role of parental adversities, social networks, and social services. *Children and Youth Services Review, 72*, 5-13. <http://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.10.011>

- *Gaudin Jr, J. M., Polansky, N. A., Kilpatrick, A. C., & Shilton, P. (1996). Family functioning in neglectful families. *Child Abuse & Neglect*, 20(4), 363-377.
[https://doi.org/10.1016/0145-2134\(96\)00005-1](https://doi.org/10.1016/0145-2134(96)00005-1)
- *Gaudin, J. M., Polansky, N. A., Kilpatrick, A. C., & Shilton, P. (1993). Loneliness, depression, stress, and social supports in neglectful families. *American journal of orthopsychiatry*, 63(4), 597-605. <https://doi.org/10.1037/h0079475>
- Gaudin, J. M., Polansky, N. A., & Kilpatrick, A. C. (1992). The Child Well-Being Scales: A field trial. *Child Welfare: Journal of Policy, Practice, and Program*, 71(4), 319-328.
- *Graham, S., Weiner, B., Cobb, M., & Henderson, T. (2001). An attributional analysis of child abuse among low-income African American mothers. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 20(2), 233-257. <https://doi.org/10.1521/jscp.20.2.233.22263>
- Guastafarro, K., & Lutzker, J. R. (2021). The prevention of child maltreatment: Using SafeCare® to highlight successes and needs for improvement in prevention efforts. *International Journal on Child Maltreatment: Research, Policy and Practice*.
<https://doi.org/10.1007/s42448-021-00090-w>
- *Hien, D., & Honeyman, T. (2000). A closer look at the drug abuse-maternal aggression link. *Journal of Interpersonal Violence*, 15(5), 503-522.
<http://doi.org/10.1177/088626000015005004>
- Hildyard, K., & Wolfe, D. (2002). Child neglect: Developmental issues and outcomes. *Child Abuse & Neglect*, 26, 679-695. [http://doi.org/10.1016/S0145-2134\(02\)00341-1](http://doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00341-1)
- Hirsch, B. K., Yang, M. Y., Font, S., & Slack, K. S. (2015). Physically hazardous housing and risk for child protective services involvement. *Child Welfare*, 94(1), 87-104.
<https://www.jstor.org/stable/48623506>
- Horan, J. M., & Widom, C. S. (2015). Cumulative childhood risk and adult functioning in abused and neglected children grown up. *Development and Psychopathology*, 27(3), 927-941. <http://doi.org/10.1017/S095457941400090X>
- Hudson, W. W. (1982). A measurement package for clinical workers. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 18(2), 229-238. <https://doi.org/10.1177/002188638201800210>
- Instituto Nacional de Estatística (2020). *Estatísticas: Condições de vida e cidadania*.
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1110
- Isumi, A., Fujiwara, T., Nawa, N., Ochi, M., & Kato, T. (2018). Mediating effects of parental psychological distress and individual-level social capital on the association between

- child poverty and maltreatment in Japan. *Child Abuse & Neglect*, *83*, 142–150.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.07.005>
- Jackson, D., Riley, R., & White, I. R. (2011). Multivariate meta-analysis: potential and promise. *Statistics in Medicine*, *30*(20), 2481-2498. <http://doi.org/10.1002/sim.4172>
- Jenkins, B. Q., Tilbury, C., Mazerolle, P., & Hayes, H. (2017). The complexity of child protection recurrence: The case for a systems approach. *Child Abuse & Neglect*, *63*, 162-171. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.11.020>
- Jonson-Reid, M., Chiang, C. J., Kohl, P., Drake, B., Brown, D., Guo, S., ... & McBride, T. (2019). Repeat reports among cases reported for child neglect: A scoping review. *Child abuse & neglect*, *92*, 43-65. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.03.013>
- Jonson-Reid, M., Drake, B., & Zhou, P. (2012). Neglect subtypes, race, and poverty. *Child Maltreatment*, *18*(1), 30–41. <https://doi.org/10.1177/1077559512462452>
- Kantor, G. K., Holt, M. K., Mebert, C. J., Straus, M. A., Drach, K. M., Ricci, L. R., ... & Brown, W. (2004). Development and preliminary psychometric properties of the Multidimensional Neglectful Behavior Scale - Child Report. *Child Maltreatment*, *9*, 409-428. <http://doi.org/10.1177/1077559504269530>
- Katz, C. (2021). What happened to the prevention of child maltreatment during CoViD-19? A yearlong into the pandemic reflection. *International Journal on Child Maltreatment: Research, policy and practice*, *4*(2), 137-144. <http://doi.org/10.1007/s42448-021-00076-8>
- Kavanaugh, B.C., Dupont-Frechette, J. A., Jerskey, B.A., & Holler, K. A. (2016). Neurocognitive deficits in children and adolescents following maltreatment: Neurodevelopmental consequences and neuropsychological implications of traumatic stress. *Applied Neuropsychology: Child*, *6*, 64–78. <http://doi.org/10.1080/21622965.2015.1079712>
- Kempe, C. H., Silverman, F. N., Steele, B. F., Droegemueller, W., & Silver, H. K. (1962). The battered-child syndrome. *JAMA*, *181*, 17-24.
<http://doi.org/10.1001/jama.1962.03050270019004>
- Kosher, H., & Ben-Arieh, A. (2020). Children’s participation: A new role for children in the field of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, *110*, 104429.
<http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104429>
- Lakhdar, M. P. A., Farooq, S., Khan, U. R., Parpio, Y., Azam, S. I., Razzak, J., ... & Kadir, M. M. (2021). Factors associated with child maltreatment among children aged 11 to 17

- years in community settings of Karachi, Pakistan, using Belsky Ecological Framework. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(1-2), 297-313.
<http://doi.org/10.1177/0886260517726973>
- Lawson, M., Piel, M. H., & Simon, M. (2020). Child maltreatment during the covid-19 pandemic: Consequences of parental job loss on psychological and physical abuse towards children. *Child Abuse & Neglect*, 110, 104709.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104709>
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P., ... & Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. *Journal of Clinical Epidemiology*, 62, e1-e34.
<http://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2009.06.006>
- Liel, C., Ulrich, S. M., Lorenz, S., Eickhorst, A., Fluke, J., & Walper, S. (2020). Risk factors for child abuse, neglect and exposure to intimate partner violence in early childhood: Findings in a representative cross-sectional sample in Germany. *Child Abuse & Neglect*, 106, 104487. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104487>
- Lipsey, M. W., & Wilson, D. B. (2001). *Practical meta-analysis*. SAGE Publications, Inc.
- Magalhães, T. (2010). *Abuso de Crianças e Jovens – Da suspeita ao diagnóstico*. Lidel.
- Maglione, D., Caputi, M., Moretti, B., & Scaini, S. (2018). Psychopathological consequences of maltreatment among children and adolescents: a systematic review of the GxE literature. *Research in Developmental Disabilities*, 82, 53-66.
<http://doi.org/10.1016/j.ridd.2018.06.005>
- Maguire-Jack, K., & Font, S. A. (2017). Community and individual risk factors for physical child abuse and Child neglect: Variations by poverty status. *Child Maltreatment*, 22(3), 215–226. <https://doi.org/10.1177/1077559517711806>
- Masten, A., & Wright, M. (1998). Cumulative risk and protection models of child maltreatment. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 2, 7-30.
http://doi.org/10.1300/J146v02n01_02
- Mennen, F., Kim, K., Sang, J., & Trickett, P. (2010). Child neglect: Definition and identification of youth's experiences in official reports of maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 34, 647-658. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.02.007>

- Milner, J. S. (2003). Social information processing in high-risk and physically abusive parents. *Child Abuse & Neglect*, 27(1), 7–20. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(02\)00506-9](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(02)00506-9)
- Mo, X., Gai, R. T., Tachibana, Y., Bolt, T., Takahashi, Y., & Nakayama, T. (2020). The burden of disease and the cost of illness attributable to child maltreatment in Japan: long-term health consequences largely matter. *BMC public health*, 20(1), 1-7. <http://doi.org/10.1186/s12889-020-09397-8>
- Monahan, E. (2020). Income instability and child maltreatment: Exploring associations and mechanisms. *Children and Youth Services Review*, 108, 104596. <http://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2019.104596>
- Mulder, T. M., Kuiper, K. C., van der Put, C. E., Stams, G.-J. J. M., & Assink, M. (2018). Risk factors for child neglect: A Meta-Analytic Review. *Child Abuse & Neglect*, 77, 198–210. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.01.006>
- Nadeau, M., Nolin, P., & Chartrand, C. (2013). Behavioral and emotional profiles of neglected children. *Journal of Child & Adolescent Trauma*, 6, 11-24. <http://doi.org/10.1080/19361521.2013.732202>
- OECD/WHO (2003), *Poverty and Health, DAC Guidelines and Reference Series*, OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264100206-en>.
- Ohashi, Hirotsuna; Wada, Ichiro; Yamaoka, Yui; Nakajima-Yamaguchi, Ryoko; Ogai, Yasukazu; Morita, Nobuaki (2018). Cumulative risk effect of household dysfunction for child maltreatment after intensive intervention of the child protection system in Japan: a longitudinal analysis. *Environmental Health and Preventive Medicine*, 23(1), 1-11 <http://doi.org/10.1186/s12199-018-0703-6>
- Okato, A., Hashimoto, T., Tanaka, M., Saito, N., Endo, M., Okayama, J., ... & Sato, Y. (2020). Inter-agency collaboration factors affecting multidisciplinary workers' ability to identify child maltreatment. *BMC Research Notes*, 13, 1-7. <http://doi.org/10.1186/s13104-020-05162-7>
- *Olmsted, R. W., Altemeier III, W. A., O'Connor, S., Vietze, P. M., Sandler, H. M., & Sherrod, K. B. (1982). Antecedents of child abuse. *The Journal of Pediatrics*, 100(5), 823-829. [https://doi.org/10.1016/S0022-3476\(82\)80604-5](https://doi.org/10.1016/S0022-3476(82)80604-5)
- *Ondersma, S. J. (2002). Predictors of neglect within Low-SES families: The importance of substance abuse. *American Journal of Orthopsychiatry*, 72(3), 383-391. <https://doi.org/10.1037/0002-9432.72.3.383>

- *Ortega, D. M. (2002). How much support is too much? parenting efficacy and Social Support. *Children and Youth Services Review*, 24(11), 853–876.
[https://doi.org/10.1016/s0190-7409\(02\)00239-6](https://doi.org/10.1016/s0190-7409(02)00239-6)
- Patel, S. N., Shanmugam, I., Obong'o, C., Mupambireyi, Z., Kasese, C., Bangani, Z., & Miller, K. S. (2021). Child disciplinary practices, abuse, and neglect: Findings from a formative study in Chitungwiza, Zimbabwe. *Child Abuse & Neglect*, 115, 105016.
<http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105016>
- Pereira, P. (2012). Guião de conceptualização de caso de crianças (6-11 anos) em situação de perigo. In M. M. Calheiros, M. V. Garrido, & S. V. Santos (Eds.), *Crianças em risco e perigo – Contextos, investigação e intervenção* (vol. 1, pp. 103-137). Lisboa: Edições Sílabo.
- Reza, M., Bromfield, N., Sultana, S., & Khan, M. (2020). Child maltreatment in Bangladesh: Poverty, social class, and the emotional abuse of elementary school children by teachers. *Children and Youth Services Review*, 116, 105195.
<http://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.105195>
- Sattler, K. M. (2022). Protective factors against child neglect among families in poverty. *Child Abuse & Neglect*, 124, 105438.
<http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105438>
- Schenck-Fontaine, A., & Gassman-Pines, A. (2020). Income inequality and child maltreatment risk during economic recession. *Children and Youth Services Review*, 112, 104926. <http://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.104926>
- *Shanahan, M. E., Runyan, D. K., Martin, S. L., & Kotch, J. B. (2017). The within poverty differences in the occurrence of physical neglect. *Children and youth services review*, 75, 1-6. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2017.02.014>
- Slack, K., Holl, J., Altenbernd, L., McDaniel, M., & Stevens, A. (2003). Improving the measurement of child neglect for survey research: Issues and recommendations. *Child Maltreatment*, 8, 98-111. <http://doi.org/10.1177/1077559502250827>
- *Smith, J. A. S., & Adler, R. G. (1991). Children hospitalized with child abuse and neglect: A case-control study. *Child abuse & neglect*, 15(4), 437-445.
[https://doi.org/10.1016/0145-2134\(91\)90027-B](https://doi.org/10.1016/0145-2134(91)90027-B)
- Sousa, C., & Figueiredo, B. (2000). *Perspectiva ecológica na compreensão dos maus tratos infantis*.

- Sterne, J. A., & Egger, M. (2005). Regression methods to detect publication and other bias in meta-analysis. *Publication bias in meta-analysis: Prevention, assessment and adjustments*, 99, 98-110. <http://doi.org/10.1002/0470870168>
- Stith, S., Liu, T., Davies, L., Boykin, E., Alder, M., Harris, J., ... & Dees, J. (2009). Risk factors in child maltreatment: A meta-analytic review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 14, 13-29. <http://doi.org/10.1016/j.avb.2006.03.006>
- Van der Put, C. E., Assink, M., Gubbels, J., & Boekhout van Solinge, N. F. (2018). Identifying effective components of child maltreatment interventions: A meta-analysis. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 21(2), 171-202. <http://doi.org/10.1007/s10567-017-0250-5>
- Vandenbroucke, J. P., von Elm, E., Altman, D. G., Gøtzsche, P. C., Mulrow, C. D., Pocock, S. J., Poole, C., Schlesselman, J. J., Egger, M., & STROBE Initiative (2007). Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE): Explanation and elaboration. *PLoS Medicine*, 4(10), e297. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0040297>
- Vial, A., van der Put, C., Stams, G. J. J., Kossakowski, J., & Assink, M. (2020). Exploring the interrelatedness of risk factors for child maltreatment: A network approach. *Child Abuse & Neglect*, 107, 104622. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104622>
- Walker, C., Bonner, B., & Kaufman, K. (1988). *The physically and sexually abused child: Evaluation and treatment*. Pergamon Press.
- Wamser-Nanney, R., & Campbell, C. L. (2020). Predictors of parenting attitudes in an at-risk sample: Results from the LONGSCAN study. *Child abuse & Neglect*, 99, 104282. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104282>
- Ward, C., Sanders, M. R., Gardner, F., Mikton, C., & Dawes, A. (2016). Preventing child maltreatment in low- and middle-income countries. *Child Abuse & Neglect*, 54, 97–107. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.11.002>
- Witt, A., Münzer, A., Ganser, H., Goldbeck, L., Fegert, J., & Plener, P. (2019). The impact of maltreatment characteristics and revictimization on functioning trajectories in children and adolescents: A growth mixture model analysis. *Child Abuse & Neglect*, 90, 32-42. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.01.013>
- World Health Organization (2020). *Child Maltreatment*. World Health Organization. Retirado de <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/child-maltreatment>

Zhang, L., Simmel, C., & Nepomnyaschy, L. (2021). Income inequality and child maltreatment rates in US counties, 2009–2018. *Child Abuse & Neglect*, 105328.

<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105328>

*Zuravin, S. J., & DiBLASIO, F. A. (1992). Child-neglecting adolescent mothers: How do they differ from their nonmaltreating counterparts?. *Journal of Interpersonal Violence*, 7(4), 471-489. <https://doi.org/10.1177/088626092007004004>

* Estudos incluídos na revisão sistemática e meta-análise.